

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLICIA MILITAR
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

**AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
DE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO E SUA ADESÃO PELOS
MORADORES DO SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA-GO**

ELVISLEY LEMES DINIZ JÚNIOR – CADETE PM

GOIÂNIA

2015

ELVISLEY LEMES DINIZ JÚNIOR

**AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
DE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO E SUA ADESÃO PELOS
MORADORES DO SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA-GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), como requisito parcial à conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO), sob a orientação da docente Cap. QOPM Sano.

GOIÂNIA

2015

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO E SUA ADESÃO PELOS MORADORES DO SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA-GO¹

Elvisley Lemes Diniz Júnior²

Resumo

O objetivo deste estudo é verificar quais foram os programas de policiamento comunitário implantados no Setor Pedro Ludovico, Goiânia, Goiás, área de atuação do 1º Batalhão da Polícia Militar, se esses programas foram bem recepcionados pela comunidade e por fim trazer uma análise de quais foram os efeitos que surtiram após a implantação desse método de policiamento, para tanto foi elaborado um questionário com perguntas endereçadas aos moradores do setor e para a conclusão e avaliação dos resultados foram obtidos dados relativos à criminalidade no setor antes e depois da aplicação da filosofia comunitária, os dados apresentados foram retirados do banco de dados do Observatório da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, restou comprovado neste estudo que as técnicas de policiamento comunitário trouxeram bons resultados no setor, ficou perceptível o aumento do número de ocorrências proativas e conseqüentemente a redução das ocorrências reativas, segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública reduziu-se também o número de homicídios no setor analisado.

Palavras chave: Segurança Pública. Polícia Militar. Policiamento Comunitário.

ABSTRACT

The objective of this study is to determine what were the community policing programs deployed in Sector Pedro Ludovico, Goiania, Goias, practice area of the 1st Battalion of the Military Police, if these programs were well welcomed by the community and finally bringing an analysis of which were the effects which have had after the implementation of this policing method, therefore it designed a questionnaire with closed questions addressed to industry and residents for completion and evaluation of results were obtained data on crime in the sector before and after the implementation of

¹ Artigo científico elaborado e apresentado no Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, tendo como instrutora da disciplina a doutoranda 2º Tenente Tatiane Ferreira Vilarinho, como requisito para conclusão do curso de formação de oficiais.

² Cursando do Centro de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Orientador: Especialista Cap. QOPM SANO e co-orientadora: 2º TEN. QOPM THAÍSE, Polícia Militar do Estado de Goiás.

Community philosophy , the data presented were taken from the Observatory database of the Public Security Secretariat of the State of Goiás, remained proven in this study that the community policing techniques brought good results in the industry, was noticeable the increase in the number of proactive events and consequently the reduction of reactive occurrences, according to data from the Public Security Bureau also reduced the number of homicides in the analyzed sector.

Key Words: Public Safety. Military police. Community Policing.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos segurança é uma das mais importantes e prementes necessidades do ser humano e, no plano de organização social. Daí a necessidade da atuação das polícias militares para dar resposta às necessidades comunitárias de Segurança. As Polícias Militares atualmente vivem um momento de profundas transformações e adequações, exigência de uma sociedade que evoluiu e apresenta uma vasta complexidade de conflitos de interesse, consequências da desigualdade social e carência de referenciais positivos. (MARCINEIRO, 2005)

O desemprego, a falta de investimentos em educação e infraestrutura dos estados e municípios, a periferização que é marcada pela precariedade e até ausência da prestação dos serviços públicos surgem como um dos principais problemas enfrentados pela sociedade. O aumento dos conflitos violentos é resultado das desigualdades sociais que acabam por vitimar grande parte da população, vemos isso claramente em Goiânia.

Apesar de ser uma instituição centenária a Polícia Militar de Goiás tem evoluído e dado mostras de versatilidade e eficiência, visando um novo modelo de policiamento, implantou-se o projeto de polícia comunitária que tem como intuito a proximidade das organizações policiais com a comunidade, valendo-se de métodos dinâmicos para solução de problemas, a busca de informações e a prevalência da prevenção sobre a repressão.

Esse método de policiamento visa outra abordagem em detrimento do tradicional sempre orientado para o incidente e repressivo, a filosofia do policiamento comunitário acredita e já deu provas que é capaz de proporcionar inovações na dinâmica da atuação policial. (MARCINEIRO, 2005)

OBJETIVOS, LAPSO TEMPORAL DA PESQUISA E MÉTODOS UTILIZADOS

O objetivo deste estudo é verificar quais foram os programas de policiamento comunitário implantados no Setor Pedro Ludovico, Goiânia, Goiás, área de atuação do 1º Batalhão da Polícia Militar, se esses programas foram bem recepcionados pela comunidade e por fim trazer uma análise de quais foram os efeitos que surtiram após a implantação desse método de policiamento, o período analisado foi de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

Objetivos específicos:

- a) Examinar a aplicabilidade das estratégias do Policiamento Comunitário para redução da violência no local pesquisado;
- b) Avaliar as atividades de policiamento desenvolvidas no setor apontado para a pesquisa.
- c) Avaliar a receptividade e adesão da comunidade aos programas de policiamento comunitário implantados naquela comunidade.

O trabalho visa o estudo de dados coletados por meio de um questionário com perguntas fechadas que foi respondido pelos moradores do setor. Para a conclusão e avaliação dos resultados foram obtidas informações relativas à criminalidade no setor antes e depois da aplicação da filosofia comunitária, os dados e figuras estatísticas apresentadas foram retirados do banco de dados do Observatório da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, o período do estudo se restringe a janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

Para a elaboração deste artigo, foi realizada ainda uma pesquisa documental. O tema pesquisado é complexo e amplo e o tempo para a realização do trabalho de campo é curto, levando-se em consideração estas variáveis priorizou-se a análise quantitativa e qualitativa do material adquirido em campo.

Para o trabalho de campo, foi elaborado um questionário com perguntas endereçadas aos moradores do setor abordado. O questionário com os moradores foi construído tomando como base as seguintes questões: dados de identificação do sujeito pesquisado, dados de avaliação da gestão do programa, foi indagado ainda os indicadores de nível de participação e comprometimento do morador nos programas implantados.

Com os dados do questionário foi possível fazer o levantamento de alguns problemas da comunidade, se aumentou o elo e a confiança do morador do setor com a polícia militar, qual o grau aproximado do envolvimento do cidadão com a polícia e se o cidadão sabe do seu dever na participação do processo da segurança pública.

Depois de concluída a etapa do questionário iniciou-se uma pesquisa no banco de dados do Observatório da Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás, com os dados em mãos foi possível extrair as seguintes informações: se houve redução da criminalidade (principalmente de homicídios) e no geral alguns reflexos da aplicação do policiamento comunitário.

DESENVOLVIMENTO

1.1 HISTÓRICO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM GOIÁS

Analisando o surgimento e histórico da polícia comunitária podemos dizer que ela já existe desde a antiguidade na China e no Japão. Nos tempos mais modernos seu modelo foi adotado pelos Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Austrália e Argentina. No Brasil, a implantação deste policiamento por alguns estados ocorre a partir de 1980. (SILVA,1990)

Por volta dos anos 50 e 60, acreditava-se que o contato da polícia com a população não deveria ser desenvolvido, os comandantes acreditavam que isso poderia ser considerada uma fonte perigosa de corrupção. Aos policiais que patrulham as ruas, Cosmes e Damiões, era recomendada certa distância dos moradores, dos comerciantes e dos pedestres. Esses policiais deveriam inibir o crime somente com a presença e manter-se alerta para repreender qualquer situação criminosa (SILVA, 1990).

Em Goiás, por volta dos anos 90, policiais militares goianos foram enviados aos Estados de São Paulo e Espírito Santo para conhecerem e adquirir conhecimento sobre o tema, estes estados já possuíam projetos seguros de policiamento comunitário. Mas foi no ano 2000 que a polícia comunitária surgiu em Goiás, nesta época alguns oficiais policiais militares, embora em número bem reduzido, já possuíam a formação específica neste método de policiamento. (UNISUL, 2009)

Inicialmente, alguns policiais militares foram enviados aos Estados do Espírito Santo e São Paulo para lá extraírem experiências adaptáveis à realidade goiana,

passando esses a comporem os quadros técnicos de multiplicadores da filosofia de se produzir segurança públicos com a participação de diversos seguimentos organizados. (De Mendonça e Cavalcante, 2007)

Entretanto, somente no início dos anos 2000, que realmente iniciou-se a capacitação dos policiais na filosofia da polícia comunitária. Foram vários policiais à capital federal no intuito de participar do curso de multiplicadores de polícia comunitária. Esses policiais voltavam de lá encantados com a moderna técnica de policiamento e iniciaram o procedimento multiplicação do conhecimento adquirido.(UNISUL, 2009)

Já no ano de 2003, as matrizes curriculares dos cursos da Polícia Militar do Estado de Goiás, ainda que de forma tímida, contemplavam a matéria de polícia comunitária. No entanto o dualismo entre a polícia tradicional e a então nova filosofia era determinante de confronto. (UNISUL, 2009)

Ora, sem dúvida os primeiros passos da polícia comunitária em Goiás, assim como no resto do país, foram difíceis. Havia boatos no meio policial que a polícia poderia ser enfraquecida, surgiam diversos preconceitos com o tema. Ainda persiste o preconceito por parte dos agentes de segurança pública, porém aos poucos essa mentalidade vem sendo mudada.

POLÍCIA E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Com o decurso do tempo, a responsabilidade da prevenção ao crime recaiu sobre o sistema de justiça criminal, o que causou, por um lado, o inchaço do aparato judiciário e, por outro lado consequentemente o enfraquecimento do sistema informal de controle social e seus reflexos. (MARCINEIRO, 2005)

A prevenção do crime é estudada há muitos anos e seu significado ainda não é consenso, é fácil confundi-la com a própria repressão ao crime, o que na verdade tem outro sentido, na visão de alguns autores a prevenção do crime está associada à previsão da ocorrência do fato e às possibilidades de atuação no contexto com a finalidade de evitá-lo ou diminuir seu impacto na sociedade, enquanto para a maioria dos estudiosos quer dizer à mobilização proativa implementada para reduzir índices de ocorrências. (MARCINEIRO, 2005)

Nosso sistema de segurança pública está preparado para atuar nos efeitos do crime, abandonando suas causas e origem, deixando de lado ainda aqueles fatores fomentadores de comportamentos considerados ilícitos. Isso contribuiu para o crescimento dos níveis de violência e criminalidade no Brasil, fica claro a dificuldade de se coibir e inibir o crime. Deve haver uma reflexão e um ação institucional em busca de uma mudança de paradigmas, priorizar o combate da origem do problema, trabalhar com inteligência, focar nossos esforços na prevenção. (SILVA, 1990)

De forma bem simplificada podemos definir a polícia comunitária como “uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a comunidade e a polícia. Ora, tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver os principais problemas do crime, drogas, desordens físicas e morais, com o objetivo final a melhoria na qualidade de vida da população local”. (UNISUL, 2009)

Conforme podemos extrair, esta filosofia tem dentro de seus objetivos atingir todas as esferas de polícia para que se desenvolva uma relação de proximidade com as pessoas que participam da comunidade, na busca da aplicabilidade da lei, abrindo espaço para que a população possa dizer quais suas prioridades no bairro, qual a área que mais precisa da atenção da polícia buscando solucionar os problemas locais.

Consoante com os ensinamentos de Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux (1994, pag. 98), a Polícia Comunitária entende-se como: *“Uma nova filosofia de atuação da Polícia Militar caracterizada pela intensa participação da Comunidade na resolução dos problemas afetos à segurança pública”*.

Ainda segundo Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux, (1994, pag. 116), policiamento comunitário é um desafio, busca concentrar suas energias na direção da origem dos problemas criminais, integrar a polícia e a comunidade, essa sincronia irá trabalhar na prevenção do crime, melhorando a qualidade da prestação dos serviços de segurança pública e, como consequência a garantia de uma melhor condição de vida da população.

O projeto de policiamento comunitário demonstra a necessidade de uma proximidade das organizações policiais com a comunidade, utilizando ferramentas modernas para solução de problemas, monitoração de informações, prevalência da

prevenção sobre a repressão. Para tanto é importante que a comunidade esteja disposta a assumir seu papel de responsabilidade e unir esforços com as instituições policiais, essa é uma tarefa complexa, a cultura da nossa polícia e da sociedade ser modificadas. (Bayley, 2002, p. 87).

Recentes experiências de alguns estados brasileiros que adotaram esse modelo de policiamento apontaram várias vantagens perceptíveis e com o pouco tempo de aplicação apresentaram bons resultados, como redução no índice de homicídios, violência contra a mulher e vários outros.

Segundo Bayley, a premissa central do policiamento comunitário é o envolvimento do público com a causa, é a sociedade exercer um papel mais proativo na segurança pública, jamais a polícia irá arcar de forma isolada com a responsabilidade, o trabalho árduo é convencer o cidadão que isso é seu dever, fazê-lo reconhecer sua obrigação e dar sua participação. Ainda nesse contexto Bayley destaca que “*o policiamento comunitário faz diferença quando é algo que todo mundo faz, quando representa uma filosofia de serviço policial, e não quando é exercido por um grupo de especialistas em um determinado comando.*” (Bayley, 2002, p. 122).

Para a evolução do projeto o público deve ser encorajado a falar sobre as prioridades estratégicas, delatar para os comandantes o comportamento dos policiais que atuam em determinada área, enfim, aumentar a participação civil, não se restringindo apenas a prestação de reclamações, mas sim de informações e materiais que ajudem na solução do problema encontrado. Colaciono um breve trecho da obra de Bayley: “*se a polícia não se propuser, no mínimo, a tolerar o que o público tem a dizer sobre as operações, o policiamento comunitário será visto apenas como relações públicas.*” (Bayley, 2002, p. 29).

Segundo a doutrina de policiamento comunitário os policiais do patrulhamento devem ter a capacidade de sugerir aos seus comandantes soluções para os problemas do bairro, ouvir comentários críticos dos moradores, o policial deve estar pronto para resolver os problemas que afligem a população do seu quadrante.

Conforme explica Bayley, a ideia deste método de trabalho é que a polícia se torne preparada para a solução de problemas ao invés de orientada para atender a incidentes, o operador do policiamento comunitário deve adquirir a capacidade de

diagnosticar as soluções a longo prazo para crimes recorrentes e problemas que incomodam a comunidade local.

É salutar lembrar que o investimento em ações preventivas é muito mais barato e a divisão de responsabilidades com a comunidade cria um elo de respeito ressaltando o princípio que a segurança pública é direito e dever de todos.

LOCAL DA ANÁLISE: SETOR PEDRO LUDOVICO, GOIÂNIA-GO

O local escolhido para a pesquisa foi o Setor Pedro Ludovico, ainda na função de cadete de 1º ano, em junho de 2014, estagiei no 1º Batalhão e tive a oportunidade de trabalhar na implantação de alguns programas de policiamento comunitário no setor em comento, o local é público alvo de força tarefa da Polícia Militar, tem-se no local um alto número de homicídios que por vários anos chamou a atenção dos analistas criminais pela constante mancha criminal.

O setor é um dos mais antigos de Goiânia, capital de Goiás. Foi inicialmente habitado por pessoas de outras regiões do Brasil que não tinham poder aquisitivo para morar no centro ou em campinas. O nome do Setor é uma homenagem ao fundador de Goiânia Pedro Ludovico, o setor começou com invasão de moradores que não possuíam terreno para construir moradia, mas por volta de 1957 começou a ser urbanizado e assentado por famílias, hoje é um setor valorizado.

A área do setor pertence ao comando do 1º Batalhão de Polícia Militar que está localizado Alameda Sebastião Fleury esquina com Avenida Americano do Brasil, s/n, Setor Marista – Goiânia-GO.

A unidade está localizada na região sul do 1º CRPM e abrange além do Setor Pedro Ludovico o setor Marista, Oeste e Redenção. Sem dúvidas o Setor analisado é o que mais traz preocupação ao comandante do 1º Batalhão, além do contumaz crime de homicídio o tráfico de entorpecentes também assola a região, conforme aponta o mapa a seguir vejamos a localização e abrangência do território do 1º BPM:

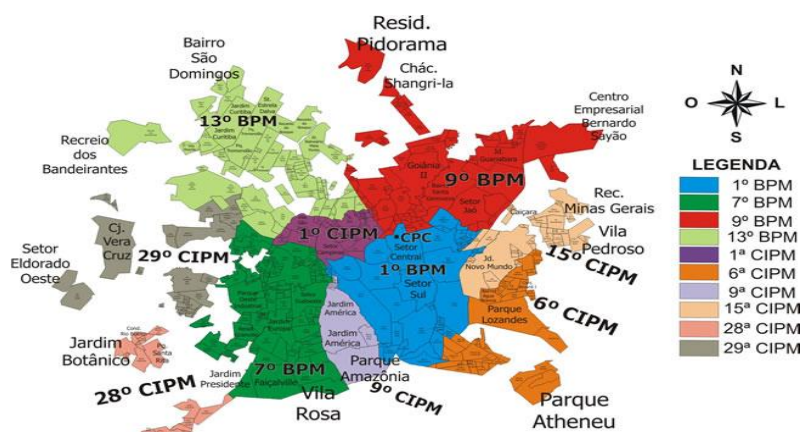


Figura 01: a área de azul é o território de atuação do 1ºBPM, com a ressalva de que os Setores Central e Sul pertencem atualmente à 37ª CIPM

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás em 2009 o setor bateu o recorde em número de homicídios na capital goiana, foram 38 pessoas assassinadas só naquele ano, a situação alarmou toda a segurança pública, vários estudos e trabalhos foram realizados no intento de solucionar a problemática. Alguns anos após várias tentativas de reduzir o número de homicídio e de outros crimes implantou-se ali alguns projetos de polícia comunitária.

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO IMPLANTADOS NO SETOR

Visando dar maior segurança aos moradores e comerciantes do setor, em junho de 2014 os Comandantes do 1º BPM, implantaram os programas “Vizinho Amigo, Bairro Seguro” e “Chamada mais segura”. No programa chamada mais segura as pessoas têm contato direto com os policiais do quadrante por meio do celular funcional da viatura e do aplicativo WhatsApp.

O programa vizinho amigo, bairro seguro é um projeto que tem a finalidade de aproximar os vizinhos, mostrando a necessidade do morador conhecer seu vizinho e auxiliar na segurança da rua e do bairro, esse projeto foi divulgado em todo o setor, realizou-se uma força tarefa e praticamente todas as casas e comércio receberam a visita de policiais militares que apresentaram o programa, pegaram dados dos moradores e os convidaram para as reuniões periódicas que eram promovidas pela Polícia Militar, a maioria dos moradores aderiram a esse programa.

RESULTADO DA PEQUISA: APÊNDICE COM INFORMAÇÕES DO QUESTIONÁRIO E DADOS DO OBSERVATÓRIO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS

Vejam os qual foi a posição da comunidade em relação à filosofia do policiamento comunitário e qual o nível do seu comprometimento com os programas implantados, foram entrevistados 40 moradores do Setor Pedro Ludovico.

No período da implantação dos programas acima citados, policiais militares visitaram praticamente todas as residências e comércios do setor e fizeram um cadastro no 1º Batalhão com nomes dos moradores e endereços, para a realização deste estudo foi considerado que o número de 40 entrevistados de quadras diferentes é razoável para aferir algumas questões, quais sejam:

- a) se o morador ou comerciante já recebeu uma visita comunitária ou solidária da polícia militar: 07 responderam que não e 33 responderam que sim.

Esse dado deixa claro que as visitas estão acontecendo e a grande maioria já recebeu a polícia militar em sua casa ou comércio, evidencia-se que o processo de aproximação está em andamento.

- b) se ele já participou de alguma reunião comunitária promovida pela polícia militar: 28 responderam que sim e 12 responderam não.

Esse número demonstra o comprometimento positivo e a aceitação da comunidade com os programas implantados.

- c) se conhece algum programa de policiamento comunitário implantado pela polícia militar: 29 responderam que sim e 11 responderam que não.

Fica claro com esses números que os programas foram bem divulgados e estão sendo bem recepcionados pelos moradores.

- d) se acredita que os problemas da segurança pública devem ser compartilhados entre a polícia e a comunidade: 39 responderam que sim e somente 01 respondeu que não.

A maioria dos moradores que responderam o questionário entendem que a responsabilidade dos problemas da criminalidade devem ser partilhados entre os órgãos de segurança pública e a comunidade através de parceria.

Em seguida vejamos os reflexos do trabalho da policia comunitária segundo informações do banco de dados do Observatório da Secretaria de Segurança Pública de Goiás:

Conforme dados extraídos da Secretaria de Segurança Pública temos na tabela de proatividade abaixo um considerável aumento de visitas comunitárias, foi a modalidade de proativas que mais sofreu avanço nos últimos anos.

Confira o gráfico evolutivo:

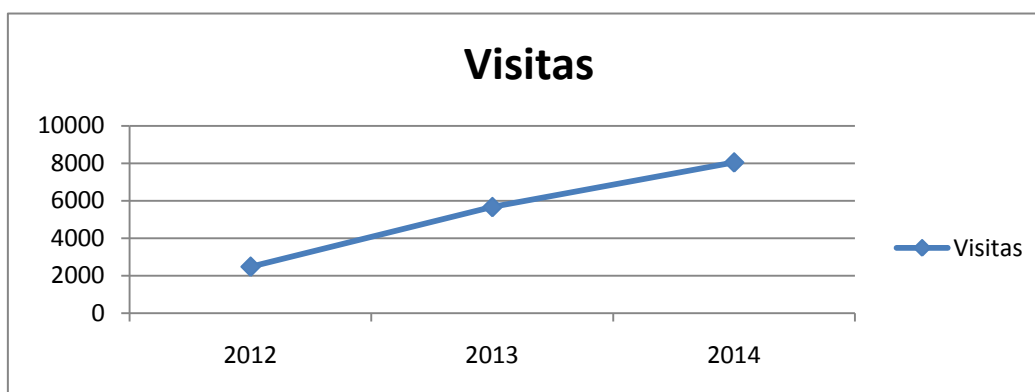


Figura 02: evolução de visitas (fonte: gerada por números de visitas comunitárias e solidárias do 1º Batalhão cadastradas no sistema da SSP-GO)

Conforme dados da SSP-GO em 2014 foram realizadas 8000 visitas comunitárias na área do 1º BPM. O que dá uma média de 22 por dia. Considerando que em média 18 equipes entram de serviço em um período de 24 horas, constatamos que uma guarnição faz em média 1,2 visitas em um período de 12 horas de efetivo serviço, a maioria dessas visitas são realizadas no Setor Pedro Ludovico.

Houve um aumento significativo das visitas comunitárias que foram potencializadas pelos programas comunitários citados anteriormente, isso é reflexo da aplicação da filosofia do policiamento comunitário, investimento em prevenção em detrimento da reação.

Confira a tabela comparativa de ocorrências proativas e reativas ao longo dos anos analisados, vejamos como a proatividade superou os atendimentos das ocorrências reativas:

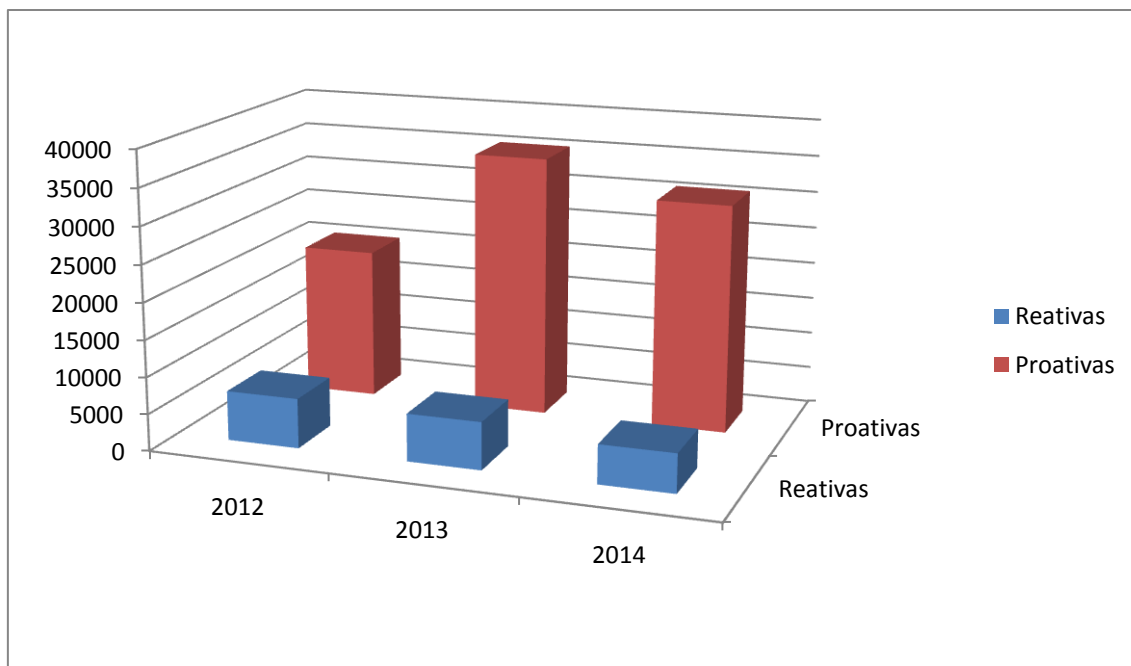


Figura 03: Comparação entre reativas e proativas (fonte: gerada por números de ocorrência cadastradas no sistema da SSP-GO)

O gráfico é claro em apontar o acíve de ocorrências proativas e o declive das reativas, podendo-se estabelecer a relação de que a proatividade inibe a ocorrência de crimes. Esta é uma premissa do policiamento comunitário, visa prevenir o crime e orientar a população para ser uma parceira da Polícia Militar na busca de uma segurança pública efetiva.

CONCUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os benefícios alcançados podemos ressaltar a canalização das aspirações da comunidade, unindo a polícia às lideranças comunitárias, o desenvolvimento de trabalhos para o combate às causas da violência, furto e roubo, estimulando o espírito comunitário.

Com o desenvolvimento do policiamento comunitário no setor, despertou-se a sensibilidade de autodefesa na comunidade, principalmente com o programa vizinho amigo, bairro seguro, o que contribuiu para a coleta e análise de dados fornecidos pelos moradores, o cidadão tornou-se mais crítico e atuante na segurança pública, opinando serviços e atendimentos pelos órgãos policiais.

Após a implantação dos programas de policiamento comunitário foram realizadas várias reuniões comunitárias no setor, a proatividade superou de longe os números das ocorrências reativas. Criou-se um elo com o cidadão o que facilitou

entender melhor os problemas da comunidade, possibilitando ações estratégicas preventivas em parceria com autoridades locais.

Os programas de policiamento comunitário são realmente inovadores, trazem uma nova visão de se fazer segurança pública, pelos dados obtidos através da pesquisa ficou clara a redução da criminalidade, com investimentos em ações preventivas o número de ocorrência reativas diminuiu consideravelmente, a maioria dos moradores que responderam o questionário entendem que a responsabilidade dos problemas da criminalidade devem ser partilhados entre os órgãos de segurança pública e a comunidade através de parceria e confiança mútua.

A pesquisa aponta que os moradores da região em estudo estão satisfeitos quanto aos serviços prestados pelos policiais no setor. Isso pode ser observado pela participação da comunidade nos programas comunitários implementados pela polícia militar, a instituição está conquistando a confiança do cidadão no seu trabalho.

Os dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás são claros em apontar o aumento de ocorrências proativas e o declive das reativas, assim podemos concluir que a proatividade contribui para o afastamento da incidência de crimes.

Já se conquistou um enorme avanço, mas temos muito a evoluir, estamos amadurecendo nesse processo de policiamento, ainda temos dificuldade de despertar no cidadão a responsabilidade e o dever de participar da segurança pública, deve-se preparar melhor o policial para o contato aberto com a comunidade e de outro lado motivar e sustentar a participação do público após ter conquistado sua confiança, só após vencer essas barreiras o ciclo estará completo.

Referências

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA César Alberto. Polícia Comunitária, Polícia Cidadã para um povo Cidadão, Associação da Vila Militar - Publicações Técnicas, Vol. VII, 1 Ed. Curitiba: 2003.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Portaria SENASP N° 002/2007. – Brasília: Ministério da Justiça, 2008. 364 p.

MARCINEIRO, NAZARENO; PACHECO, GIOVANNI C. Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis. Editora Insular: 2005. 104p.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. – (Série Polícia e Sociedade; n.6/ organização: Nancy Cardia).

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: como começar. 338 p. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky – Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro, 1994.

UNISUL. Teoria de polícia comunitária: Modalidade a distância. Palhoça: Unisul Virtual, 2009: www.webartigos.com/artigos/a-policia-comunitaria-no-brasil, acessado em 15/02/2015, às 18:52.

DE MENDONÇA, CAVALCANTE. Policiamento comunitário e setorização em Goiás: uma perspectiva do futuro. Goiânia. Monografia [Curso Superior de Polícia] – Academia Estadual de Segurança Pública; 2007.

SILVA, Jorge da, Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1990.